

## Índice

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	53
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	56
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	57
10.5 - Políticas contábeis críticas	60
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	64
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	65
10.8 - Plano de Negócios	66
10.9 - Outros fatores com influência relevante	68

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

#### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020 e reformulada em 11 de janeiro de 2021 e estabelece as diretrizes a serem observadas no processo do gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a identificar, avaliar, priorizar e tratar os riscos aos quais está sujeita.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia: junto à Diretoria de Relações com Investidores; (ii) no *website* da Companhia (<http://ri.cruzeirosuleducacional.com.br/>); e (iii) no *website* da CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)).

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios. A Política de Gerenciamento de Riscos também descreve os procedimentos de comunicação interna e as responsabilidades dos principais órgãos societários da Companhia.

#### (i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca se proteger dos riscos citados no item 4.1 e outros, classificados conforme sua natureza financeira, reputacional, regulatória, organizacional ou cibernética. A forma de proteção mais adequada para cada um de tais riscos é por meio de políticas, normas e procedimentos, nas quais são estabelecidas as atividades de controle cujo objetivo é garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela Diretoria e Conselho de Administração para mitigar os Riscos à realização dos objetivos da Companhia, sendo tais riscos priorizados, dentre outros critérios, de acordo com a sua probabilidade de ocorrência e potencial impacto.

#### (ii) instrumentos utilizados para proteção

Os riscos aplicáveis à Companhia são avaliados e priorizados de acordo com sua probabilidade e impacto de sua eventual materialização, variáveis estas utilizadas no cálculo do valor absoluto da severidade de cada risco.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê que os instrumentos utilizados para proteção contra os riscos devem considerar a severidade calculada e o apetite da Companhia aos mesmos, sendo orientados à:

- Evitar: descontinuidade das atividades que geram o risco.
- Mitigar: adoção de controle (s) para reduzir a probabilidade e/ou o impacto dos riscos.
- Compartilhar: redução da probabilidade e/ou do impacto dos riscos pela transferência ou cessão de uma parte do risco.
- Aceitar: nenhuma medida é adotada para mitigar a probabilidade e/ou o impacto do risco.

#### (iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, as funções de gerenciamento de risco, no que concerne à estrutura organizacional e de responsabilidades utilizada pela Companhia, são desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Diretoria, Gerências e pela área de Conformidade e Controles Internos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração acompanha os assuntos de gerenciamento de Riscos, diretamente por meio de relatórios disponibilizados pela administração da Companhia. É de responsabilidade do Conselho de Administração: (i) definir o nível de apetite a riscos da Companhia; (ii) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e suas futuras revisões; e (iii) avaliar se a Diretoria está adotando os controles necessários para o gerenciamento dos riscos.

Compete à Diretoria: (i) implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) analisar a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a(s) à aprovação do Conselho de Administração; (iii) validar o relatório de consolidação de riscos da Companhia, reportando-o ao Conselho de Administração; (iv) reavaliar periodicamente a adequação dos Controles da Companhia para o gerenciamento dos Riscos, reportando tal análise ao Conselho de Administração; (v) aprovar a metodologia a ser utilizada na condução do processo de gerenciamento de Riscos; (vi) acompanhar de forma sistemática o gerenciamento de Riscos, assim como o estágio de realização das ações definidas para mitigação dos Riscos; e (viii) aprovar o relatório de consolidação de riscos da Companhia, preparado pela área de *Conformidade* e Controles Internos, reportando-o ao Conselho de Administração.

São atribuições das Gerências: (i) atuar diretamente no gerenciamento de riscos de sua área, privilegiando: (a) a identificação; (b) avaliação; (c) tratamento; e (d) monitoramento; (ii) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos; (iii) reportar à área de *Conformidade* e Controles Internos as informações relacionadas às suas atividades no gerenciamento de riscos e de conformidade; (iv) comunicar à área de *Conformidade* e Controles Internos tempestivamente sobre riscos não identificados, sejam eles novos ou não; (v) aprovar as normas e procedimentos que direcionem as ações individuais na implementação dos conceitos de gerenciamento de riscos na sua área de atuação, a fim de assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas; e (vi) detalhar o plano de ação, alinhá-lo com a área de *Conformidade* e Controles Internos e implantá-lo segundo a prioridade nele definida.

A área de *Conformidade*, Controles Internos é responsável por: (i) definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação; (ii) elaboração, revisão, divulgação e monitoramento das Políticas de *Conformidade*; (iii) preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos da Companhia e submetê-los à Diretoria; (iii) apoiar os gestores de processo na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação dos planos de ação; (iv) reportar ao Comitê de Auditoria, de modo transparente, as informações relacionadas às suas atividades de gerenciamento de riscos; e (v) liderar os trabalhos de auditoria interna para detecção de riscos e para monitoramento da eficácia dos controles internos para mitigar tais riscos.

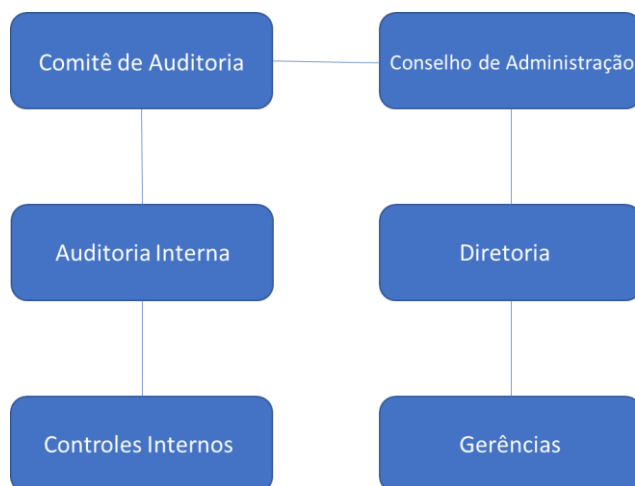
O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por: (i) recomendar a inclusão, avaliação e priorização na Matriz de Riscos da Companhia; (ii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites de Riscos e planos de ação; (iii) monitorar o cumprimento desta Política e avaliar a performance frente aos Limites de Risco aprovados; (iv) avaliar a efetividade do modelo de gestão de Riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades; (v) elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração; (vi) acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna da Companhia; (vii) avaliar, anualmente, se a estrutura da área de Auditoria Interna e seu orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções; e (viii) avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia.

O Comitê de Auditoria Interno é responsável por: (i) prover avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de Riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de Riscos e controle; (ii) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos, controle e governança; (iii) examinar o sistema de controles internos, provendo ao Comitê de Auditoria uma avaliação sobre sua efetividade; e (iv) assessorar o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno.

As atividades de controle são desempenhadas em todos os níveis da Companhia e em vários estágios dentro dos processos corporativos. As áreas que compõem a estrutura de gerenciamento de riscos estão ilustradas na imagem abaixo:



### (c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento de riscos na Companhia pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que abarca diversas áreas da Companhia. Nesse sentido, conforme as competências indicadas neste item 5.1, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente os principais riscos relacionados aos seus negócios e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras. A Companhia entende que a estrutura organizacional e controles internos estabelecida até a data de apresentação deste Formulário de Referência se mostrou adequada do objetivo estabelecido na Política de Gerenciamento de riscos e para mitigar ou controlar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não adota uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 05 de outubro de 2020 pelo Conselho de Administração e reformulada em 11 de janeiro de 2021 e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral.

A Política de Gerenciamento de Riscos (a) pode ser acessada: (i) na sede da Companhia: junto à Diretoria de Relações com Investidores; e (ii) no *website* da Companhia (<http://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/>); e (b) no *website* da CVM (cvm.gov.br).

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia está exposta a eventuais prejuízos devido à variação em operações que envolvam flutuações nas taxas de juros, no entanto, a Companhia acredita que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, tais variações não têm efeito material direto sobre os seus negócios, não possuindo, desta forma, mecanismos para se proteger deste risco de mercado.

**(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não busca proteção para quaisquer riscos de mercado.

**(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

**(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros e taxas de inflação. Entretanto, a Companhia acompanha frequentemente os principais índices que medem a inflação no País e os compara com os reajustes aplicados nas mensalidades escolares de seus alunos, de modo a compensar os aumentos que temos em nossos custos.

Tendo em vista a natureza das atividades da Companhia, a administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum outro tipo de risco porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados.

**(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.**

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento do Conselho de Administração responsável por zelar pela eficácia do controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, quando aplicável, por meio do (i) acompanhamento da evolução e atualização do mapeamento de riscos; (ii) acompanhamento de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos; (iii) habilitação de pessoal na capacidade de identificar, antecipar, mensurar, monitorar e, se for o caso, mitigar riscos; (iv) entre outros.

Para mais informações sobre o Comitê de Auditoria da Companhia, ver item 12.1 deste Formulário de Referência.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a administração da Companhia entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum tipo de risco porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição controles internos

**(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia. O processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia segue rigoroso controle, sendo controles internos, os quais garantem a confiabilidade na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e as mantém livre de distorções significativas. A Diretoria possui compromisso contínuo em implementar melhorias em seus processos internos, contudo, entende como adequados e eficazes os atuais controles existentes.

**(b) estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia possui estrutura composta por três departamentos específicos envolvidos no gerenciamento de controles internos, quais sejam a Auditoria Interna e Conformidade, a Controladoria e o Departamento de Projetos e Processos. Estes departamentos possuem objetivo direto de acompanhar as áreas de negócio, assessorando a Diretoria e o Conselho de Administração na identificação, implementação e revisão de processos e procedimentos, controles internos, melhores práticas de mercado, e o cumprimento da legislação, normas externas e internas, e os procedimentos estabelecidos.

A Auditoria Interna e Conformidade, e a Controladoria acompanham diretamente e são responsáveis por auditar os processos financeiros e da exatidão das demonstrações financeiras e contábeis da Companhia.

O Departamento de Projetos e Processos, auxilia todas as áreas da Companhia a desenvolverem, implementarem e revisarem os processos e procedimentos internos, garantindo eficiência e que estejam em conformidade com as diretrizes da Companhia.

Os controles internos aplicáveis à Companhia possuem a finalidade de garantir e aumentar o grau de exatidão e confiabilidade das demonstrações financeiras, para os fins de refletirem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia.

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

As deficiências de controles identificadas em trabalhos de auditoria, seja interna ou externa, são consolidados pelos departamentos de Auditoria Interna e Conformidade e de Controladoria, bem como pela contabilidade da Companhia e apresentadas à Diretoria, responsável pela validação do relatório de consolidação, o qual, após tal validação, é reportado ao Conselho de Administração.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

A Companhia obteve o relatório circunstanciado referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que, no relatório circunstanciado referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

**(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

**(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor**

A Gerência de Auditoria Interna e *Compliance* atua proativamente na detecção de eventuais irregularidades por meio de auditorias internas e revisões de processos com foco em controles internos, realizadas no decorrer do ano com suas prioridades determinadas por metodologia própria conforme Plano Anual de Auditoria e *Compliance*. Estas abordagens permitem, por meio de testes de controles e testes substantivos, identificar eventuais não conformidades que possam impactar a Companhia. A detecção também pode se dar de forma reativa por meio de relato recebido via nosso Canal de Denúncias e posterior investigação. Com o objetivo de sanar as não conformidades identificadas nesses trabalhos, são gerados planos de ações orientados a remediar deficiências processuais que permitiram a não conformidade (causa raiz). Os resultados dos trabalhos são apresentados trimestralmente a Diretoria e Conselho de Administração, que pode sugerir reavaliações a adaptação de práticas e metodologias adotadas.

**(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade**

A Companhia possui mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação. A Companhia atua por meio de suas 3 células:

- **Gestão de Riscos e Controles Internos:** é responsável por atuar como facilitadora na identificação e gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta e estabelecer, em conjunto com as áreas de negócios, ações de remediação para mitigá-los.
- **Compliance:** Desempenha atividades de caráter preventivo, normativo, educativo e consultivo. Responsável por disseminar a cultura ética e os valores da Companhia, auxiliando todas as Instituições e colaboradores do Grupo a atuarem de forma íntegra e em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis.
- **Auditoria Interna:** Fornece avaliação independente por meio de testes estratégicos e objetivos com base na gestão de riscos da Companhia.

**(iii) código de ética ou de conduta**

A Companhia possui Código de Conduta, devidamente atualizado e aprovado em 31 de agosto 2020 pelo Conselho de Administração, além de estar disponibilizado no *website* da Companhia (<http://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/>).

O Código de Conduta define as responsabilidades da Companhia, compreendendo, ainda, todas as sociedades em que a Companhia detenha participação societária, bem como sociedades que controlem a Companhia, possuindo como finalidade: (i) estabelecer e formalizar diretrizes que possam proporcionar orientação nas decisões e condutas cotidianas, de forma a ajudar que todos atuem de forma íntegra e alinhada aos valores da Companhia e da legislação vigente; (ii) reiterar e reforçar o compromisso com a transparência, integridade, bem como o objetivo de oferecer um ambiente ético e saudável a seus colaboradores; e (iii) fornecer referência para a

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

análise e mensuração de medidas disciplinares para eventuais violações das diretrizes previstas no Código de Conduta.

O Código de Conduta se aplica a todos os acionistas, sócios, diretores, administradores, conselheiros, colaboradores e terceiros que possuam vínculo com a Companhia, os quais devem cumprir integralmente as diretrizes estabelecidas, independentemente de seu nível hierárquico ou área de atuação.

A Companhia através da Auditoria Interna e Conformidade promove, de acordo com calendário anual, treinamentos obrigatórios a todos os sócios, diretores, administradores, conselheiros, colaboradores e terceiros da Cruzeiro do Sul Educacional, sobre: (i) legislação societária e de mercado de capitais; (ii) divulgação de informações; (iii) controle interno; (iv) o próprio Código de Conduta; (v) Lei Brasileira Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada); e (vi) demais temas relacionados às atividades da Companhia.

Os treinamentos realizados ocorrem sempre que há mudança legislativa ou de entendimento, denúncia relacionada ao tema e ainda, anualmente de acordo com a análise dos riscos aos quais a Companhia está exposta, realiza 1 (um) treinamento anual.

Todos os destinatários do Código de Conduta, independentemente do seu nível hierárquico, possuem o dever de cumprir as diretrizes aqui estabelecidas, sob pena de aplicação das seguintes medidas disciplinares, de acordo com o nível da violação cometida: (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) encerramento do vínculo empregatício ou comercial; ou (v) encerramento do vínculo empregatício por justa causa.

A definição das medidas disciplinares a serem aplicadas será realizada de acordo com critérios justos e coerentes, levando-se em consideração, entre outros: (i) gravidade da infração; (ii) impacto ocasionado à Cruzeiro do Sul Educacional; (iii) reincidência; e (iv) histórico profissional do infrator.

Se o descumprimento do Código de Conduta, normas e demais políticas internas também implicarem na violação de determinadas leis, a situação poderá ser compartilhada com as autoridades competentes, acarretando outras formas de punição nas esferas cíveis, administrativas e penais.

### **(b) canal de denúncia**

A Companhia possui canal de denúncia gerido por empresa terceira especializada, responsável pelo recebimento das denúncias registradas no canal, que permite o contato direto dos colaboradores, fornecedores e parceiros de negócio ou terceiros para o reporte de condutas antiéticas, ilegais, e/ou contrárias às políticas internas e valores da Companhia, compreendendo, ainda, todas as sociedades e companhias em que a Companhia detenha participação societária, bem como sociedades e companhias que controlem a Companhia, desde que realizado de boa-fé.

O canal de denúncias da Cruzeiro do Sul Educacional, denominado Canal Seguro, é um meio de comunicação seguro, sigiloso e anônimo, que pode ser acessado: (i) de forma on-line, no *website*: (<https://www.contatoseguro.com.br/cruzeiroeducacional>); e (ii) por meio do *hotline*: 0800 900 9393 (ambos 24 horas por dia).

Os relatos são avaliados, apurados e respondidos individualmente, pela Auditoria Interna e Conformidade, com o mais absoluto sigilo, de modo a garantir o anonimato e a devida proteção do denunciante contra possíveis retaliações, as quais são totalmente repudiadas pela Companhia. Atos de retaliação devem ser imediatamente relatados e, se apurada a sua ocorrência, resultarão na aplicação de medidas disciplinares pela Companhia contra o retaliador.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade****(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares**

A administração da Companhia realiza análises e avaliações detalhadas (*due diligence*) de informações financeiras, contábeis, fiscais, previdenciárias, imobiliárias e legais previamente antes de processos de fusões, aquisições e estruturas societárias.

**(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 a 10.9 estão sendo apresentados em bases consolidadas e foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A leitura deste conteúdo deve ser realizada e analisada em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras

#### Efeitos da COVID-19

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia: alunos, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo.

No segmento de educação, as autoridades estaduais e municipais de saúde, em diversos estados e municípios, mantiveram a suspensão de aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades, públicas e particulares, sendo autorizadas somente as aulas práticas de forma presencial, seguindo um rígido protocolo de segurança no combate a COVID-19. Com isso, no 3º trimestre de 2021 tivemos a retomada presencial das atividades práticas de diversos cursos, principalmente da área da saúde. O retorno de todas as atividades presenciais está em avaliação pelas autoridades governamentais, considerando o cenário atual de avanço da vacinação e controle da pandemia, e está prevista para o primeiro semestre de 2022.

Vale destacar que mesmo no cenário de crise econômica provido pela pandemia, o caixa ou o capital circulante líquido da Companhia para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 não foi significativamente impactado. Visto que mesmo com o fechamento das unidades presenciais a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Com isso, não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos até o presente momento.

A Companhia, por sua vez, continuará atenta as novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os avanços no processo de vacinação, mantendo sempre os stakeholders atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 nos resultados da Companhia.

#### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que suas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios, bem como a enfrentar os momentos desafiadores de economia nacional.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais métricas de liquidez e financeira para avaliar os negócios da Companhia são revisadas regularmente pelos Diretores da Companhia e estão descritas abaixo:

	Em e/ou no exercício findo em 31 de dezembro de		
(R\$ mil exceto %)	2021	2020	2019
Receita Líquida	1.820.615	1.800.968	1.474.249
Custo dos serviços prestados	(959.948)	(956.552)	(830.734)
Lucro Bruto	860.667	844.416	643.515
% Margem Bruta	47,27%	46,89%	43,65%
Despesas Operacionais <sup>1</sup>	(547.326)	(666.673)	(361.842)
% Receita Líquida	-30,06%	-37,02%	-24,54%
Lucro (prejuízo) líquido	82.955	(34.793)	120.871
Margem líquida	4,6%	-1,9%	8,2%
EBITDA <sup>2</sup>	508.867	366.396	397.195
% Margem EBITDA <sup>3</sup>	28,0%	20,3%	26,9%
Dívida Líquida	1.294.717	2.108.675	1.288.045
Dívida Líquida / EBITDA	2,54 x	5,76 x	3,24 x

Despesas Operacionais considera a soma dos saldos registrados entre “Despesas gerais e administrativas”, “Depreciação e amortização”, “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, e “Outras receitas operacionais, líquidas”.

O EBITDA, segundo disposições da Instrução CVM nº 527/2012, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

A tabela a seguir contém os principais índices para avaliação da liquidez e endividamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Índice de liquidez corrente <sup>1</sup>	2,33	0,83	0,20
Índice de liquidez geral <sup>2</sup>	0,45	0,19	0,18
Índice de endividamento <sup>3</sup>	2,29	7,12	3,31

Para o cálculo do índice de liquidez corrente, divide-se o ativo circulante pelo passivo circulante.

Para o cálculo de índice de liquidez geral, divide-se a somatória do ativo circulante e não circulante, exceto imobilizado, direito de uso, intangível e investimento, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

Para o cálculo de índice de endividamento, divide-se o total de passivos (circulante e não circulante) pelo total do patrimônio líquido.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.302,4 milhões, e era superior em R\$742,5 milhões ao passivo circulante, que era de R\$559,9 milhões, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 2,33.

Os principais impactos estão atrelados à: (i) aumento do caixa e equivalentes em R\$872,1 milhões, devido principalmente ao IPO realizado pela Companhia em fevereiro de 2021; e (ii) redução do saldo debêntures, oriundo dos pagamentos do valor principal e juros sobre a 1ª e 2ª emissão da SECID e ACEF, totalizando R\$113,6, pagamento de juros da 2ª e 3ª emissão da SECID e ACEF, totalizando R\$32,8. E, por fim, houve a liquidação da 4ª emissão da ACEF, no valor nominal de R\$80 milhões, o pagamento do valor principal, bem como os juros totalizaram R\$84,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$446,5 milhões, e era inferior em R\$90,0 milhões ao passivo circulante, que era de R\$536,5 milhões, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,83.

Os principais impactos estão atrelados à: (i) juros e encargos sobre as debêntures com liquidações previstas no curto prazo; e (ii) aquisições ocorridas no período (Braz Cubas e Positivo) que estão em fase de maturação. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$256,8 milhões



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, baseada em suas projeções, conclui que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses será suficiente para liquidação das obrigações de curto prazo e capacidade de continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$198,5 milhões, e era inferior em R\$814,0 milhões ao passivo circulante, que era de R\$1.012,5 milhões, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,20.

O principal impacto sobre o indicador, está atrelado a adoção do pronunciamento contábil CPC 06(R2)/IFRS-16 – Arrendamento Mercantil, o qual aumentou (i) o passivo de arrendamento circulante da Companhia em R\$45,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e (ii) o saldo de debêntures do circulante para R\$752,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da reclassificação das debêntures do não circulante para o circulante, uma vez que, a Companhia, até a data de divulgação de suas demonstrações contábeis, ainda aguardava a formalização pelos debenturistas, da exclusão dos efeitos dos arrendamentos registrados em conexão com a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, no cálculo dos covenants apurados sobre as debêntures vigentes.

Ainda sobre a liquidez corrente, a administração da Companhia coloca que não houve a formalização do waiver pelos debenturistas, como também reforça que permanece cumprindo todas as exigências com seus parceiros e sempre buscando pela excelência do conteúdo e informação a ser entregue a nossos alunos.

A Companhia possui uma forte geração de caixa e um índice de endividamento como mencionado acima, desta forma a Administração acredita que a Companhia possui condições de implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Por fim, conforme acima mencionado, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido positivo no montante de R\$742.484 mil (ativo circulante de R\$1.302.377 mil e passivo circulante consolidado de R\$559.893 mil), cujo principal impacto está atrelado ao aumento do caixa e equivalentes em R\$872,1 milhões, devido principalmente ao IPO realizado pela Companhia em fevereiro de 2021. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$465.707 através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, baseada em suas projeções, conclui que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses será suficiente para liquidação das obrigações de curto prazo e capacidade de continuidade operacional. Portanto, as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios, bem como a enfrentar os momentos desafiadores de economia nacional.

### **(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital**

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto, médio e longo prazo para a condução de suas operações. As atividades desenvolvidas pela Companhia são caracterizadas pela necessidade de uso intensivo de capital e, desta

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

forma, os Diretores entendem que é fundamental o acesso ao mercado financeiro e de capitais próprios para financiar a expansão de seus negócios e fortalecer a sua posição de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.453,8 milhões, valor superior em R\$1.001,8 milhões ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$452,0 milhões. Este aumento ocorreu principalmente pelo aumento de capital oriundo do *IPO* realizado pela Companhia em fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$452,0 milhões, valor inferior em R\$58,8 milhões ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$510,8 milhões. Esta diminuição ocorreu principalmente pela distribuição de dividendos propostos no valor de R\$24,0 milhões aos acionistas da Companhia, e R\$34,8 milhões de prejuízos retidos do período.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$510,8 milhões

A seguir apresentamos a composição do capital total da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	3.222.229	3.218.734	1.688.412
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.453.788	452.004	510.791
Capital total (terceiros + próprio)	4.776.017	3.670.738	2.199.203
Parcela de capital de terceiros	69,6%	87,7%	76,8%
Parcela de capital próprio	30,4%	12,3%	23,2%

A Companhia vem reforçando sua estrutura de capital, por meio do aumento da participação de capital de próprio para financiar suas operações, bem como, em fevereiro de 2021, a Companhia captou recursos através do *IPO*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia expandiu sua participação no território nacional com aquisições na região sul, adquirindo o Grupo Positivo no estado do Paraná que é formado pelas empresas Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. e Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda., bem como na região sudeste, frente a aquisição da Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. no estado de São Paulo.

### (c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, tem mantido a assiduidade dos pagamentos referidos a esses compromissos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta de curto prazo	208.927	280.596	821.606
Dívida Bruta de longo prazo	2.170.775	2.040.984	490.077
Dívida Bruta Total <sup>1</sup>	2.379.702	2.321.580	1.311.683
%Dívida Bruta de curto prazo	8,8%	12,1%	62,6%
%Dívida Bruta de longo prazo	91,2%	87,9%	37,4%

A Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures (circulante e não circulante) e obrigações de arrendamento mercantil (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras Companhias podem calcular a Dívida Bruta de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para a reconciliação da Dívida Bruta, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Portanto, considerando o perfil do endividamento da Companhia (concentrado em dívidas de longo prazo), o seu modelo de negócios e fluxo de caixa, alinhados a uma previsibilidade do caixa futuro advindo dos seus contratos de longo prazo, faz com que a administração da Companhia entenda que tem recursos de capital suficientes para financiar seus investimentos e honrar suas obrigações contratuais de curto e longo prazo, embora não possa garantir que tal situação permanecerá assim no futuro dado o cenário instável do país.

Conforme apresentado anteriormente no item 10.1(a), a Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, a liquidez foi impactada positivamente devido a abertura de capital realizado em 11 de fevereiro de 2021 gerando a captação de recursos no valor de R\$1.071,0 milhões. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$465,7 milhões através de suas atividades de financiamento e operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro 2021 e, baseada em suas projeções, conclui que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses e para os próximos anos serão suficientes para liquidação das obrigações de curto e longo prazo.

Os Diretores destacam que, em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia aumentou principalmente em decorrência dos novos contratos e atualização sobre arrendamento mercantil (IFRS16).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para suprir eventuais deficiências em caso de falta de crédito e aprofundamento do cenário político-econômico, a Companhia utiliza a combinação entre capital próprio, por meio de aportes de capital de seus acionistas e geração de recursos pelos ativos, para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades de financiamentos e a utilização de capital próprio, tal como o *IPO* realizado pela Companhia, sendo responsável pela captação de R\$1.071,0 milhões através da emissão de ações.

### (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e por suas controladas são adequadas para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Desta forma, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

### (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, Dívida Bruta total da Companhia atingiu o montante de R\$2.379,7 milhões, representando um aumento de 2,5% quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta total da Companhia atingiu o montante de R\$2.321,6 milhões, representando um aumento de 77,0% quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2019.

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme as tabelas abaixo, o endividamento total da Companhia é composto, principalmente, (i) por emissões de debêntures por parte de (a) sua controlada direta, ACEF S.A., cujos recursos da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados ao pagamento da totalidade de notas promissórias comerciais, cujos recursos tiveram como destinação o pagamento de despesas, comissões e custos relativos a aquisição das sociedades Santa Rita; Veritas, Cesuca; Santa Tereza e Sociedade São Bento Ltda. Os recursos da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Braz Cubas Ltda., assim como o pagamento de despesas advindas desta operação; e (b) sua controlada direta, SECID – Sociedade Educacional Cidade São Paulo S.A., cujos recursos da 1ª Emissão de Debêntures foram destinados à aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da IPE Educacional Ltda. assim como o pagamento de despesas advindas desta operação. A 2ª Emissão de Debêntures teve seus recursos destinados à aquisição de quotas representativas do capital social da Universidade Positivo e da CESA, assim como o pagamento de despesas advindas desta operação e a

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

realização do resgate antecipado total das debêntures de 1ª Emissão de Debêntures de sua fiadora e da 1ª Emissão de Debêntures da ACEF S.A.

Debêntures						
Modalidade	Quantidade	Emissão	Vencimento	Remuneração	Captação (em R\$ milhares)	Saldo
						(em R\$ milhares) 31 de dezembro de 2021
2ª emissão da ACEF S.A.	3.000	24/09/2018	24/03/2025	Taxa CDI + 1,60% a.a.	3.000	234.890
3ª Emissão da ACEF S.A.	155.000	23/12/2019	23/12/2026	Taxa CDI + 1,35% a.a.	155.000	154.753
1ª Emissão da SECID S.A.	330.000	10/09/2018	10/09/2025	Taxa CDI + 1,40% a.a.	330.000	296.200
2ª Emissão da SECID S.A.	470.000	02/03/2020	02/03/2027	Taxa CDI + 1,40% a.a.	470.000	471.933

Empréstimos e Financiamentos						
Consolidado						
Linha de Crédito	Instituição Financeira	Indexador	Garantia	Amortização	Vencimento	Saldo
						(em R\$ milhares) 31 de dezembro de 2021
Cédula de Crédito Bancário Nº 191.101.147	Banco do Brasil S.A.	100% CDI + 1,6% a.a.	Aval	Mensalmente	25/04/2023	18.781

As emissões de debêntures mencionadas acima são garantidas por garantias reais e fidejussórias da Companhia, conforme detalhes apontados abaixo.

**Debêntures**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### *2ª Emissão de Debêntures da ACEF S.A.*

O “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, de Emissão da ACEF S.A.” foi celebrado pela ACEF S.A. (“Emissora ACEF”), pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e pela Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Fiadora Cruzeiro”) em 17 de setembro de 2018 (“2ª Escritura de Emissão ACEF”).

Em 24 de setembro de 2018, a Emissora ACEF emitiu 3.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (“2ª Emissão ACEF” e “Debêntures 2ª Emissão ACEF”, respectivamente), as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Oferta 2ª Emissão ACEF”).

Em 19 de setembro de 2018, foram celebrados os seguintes contratos de garantia reais:

- (a) “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária, sob condição resolutiva, de Ações em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as ações representativas da totalidade do capital social da Veritas Educacional A Participações S.A. (“Veritas”);
- (b) “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária, sob condição resolutiva, de Ações em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as ações representativas da totalidade do capital social da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (“Santa Rita”) foram alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas da 2ª Emissão ACEF;
- (c) “Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária, sob condição resolutiva, de Quotas em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as quotas representativas da totalidade do capital social da Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda. (“Santa Tereza”), foram alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas da 2ª Emissão ACEF;
- (d) “Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária, sob condição resolutiva, de Quotas em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as quotas representativas da totalidade do capital social da Sociedade Educacional São Bento Ltda. (“São Bento”), foram alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas da 2ª Emissão ACEF;
- (e) “Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária, sob condição resolutiva, de Quotas em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as quotas representativas de 70% do capital social da CESUCA – Complexo De Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. (“Cesuca”), foram alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas da 2ª Emissão ACEF; e
- (f) “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis”, pelo qual foram cedidas a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos.

Em 31 de dezembro de 2021, as Debêntures 2ª Emissão ACEF contavam com a fiança concedida pela Fiadora Cruzeiro.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As Debêntures 2ª Emissão ACEF têm prazo de 78 meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 24 de março de 2025.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 2ª Emissão ACEF incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,6%, over extra grupo, base 252 dias úteis, incidentes desde a data de integralização até a primeira data de pagamento da remuneração, inclusive, ou desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a data de vencimento das debêntures, conforme o caso. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente nos meses de março e setembro a partir da data de emissão das Debêntures 2ª Emissão ACEF, sendo o primeiro pagamento devido no dia 24 de março de 2019, e os demais pagamentos no dia 24 de setembro e março, subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na data de vencimento.

O valor nominal unitário ou o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 2ª Emissão ACEF, por sua vez, deverá ser pago em 10 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 24 de março e de setembro, a partir de 24 de março de 2019, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 9ª, a razão de 7,7800% do valor nominal unitário, e a 10ª parcela a razão de 30,0000% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal unitário das Debêntures 2ª Emissão ACEF.

### *3ª Emissão de Debêntures da ACEF S.A.*

O “Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a serem Convoladas em Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, de Emissão da ACEF S.A.” (“Emissora ACEF”) foi celebrado pela Emissora BCBF, pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e pela Fiadora Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Fiadora Cruzeiro”) em 19 de dezembro de 2019 (“3ª Escritura de Emissão ACEF”).

Em 23 de dezembro de 2019, e cujo registro se deu 06 de janeiro de 2020 na Junta Comercial do Estado de São Paulo, a Emissora ACEF emitiu 155.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a serem convoladas em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$155.000.000,00 (“3ª Emissão ACEF” e “Debêntures 3ª Emissão ACEF”, respectivamente), as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Oferta 3ª Emissão ACEF”).

Em 06 de março de 2020, foram celebrados os seguintes contratos de garantia reais:

- (a) “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as quotas representativas da totalidade do capital social da Braz Cubas (“Braz Cubas”);
- (b) “Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual foram cedidas a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro 2021, as Debêntures 3ª Emissão ACEF contavam com a fiança concedida pela Fiadora Cruzeiro.

As Debêntures 3ª Emissão ACEF têm prazo de 7 anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 23 de dezembro de 2026.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 3ª Emissão ACEF incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,35%, over extra grupo, base 252 dias, incidentes desde a data de integralização, inclusive, ou desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente nos meses de junho e dezembro a partir da data de emissão das Debêntures 3ª Emissão ACEF, sendo o primeiro pagamento devido no dia 23 de junho de 2020, e os demais pagamentos no dia 23 de dezembro e junho, subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na data de vencimento.

O valor nominal unitário ou o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 3ª Emissão ACEF, por sua vez, deverá ser pago em 8 parcelas semestrais e sucessivas, sempre no dia 23 de junho e de dezembro, a partir de 23 de dezembro de 2022, sendo amortizada por parcela, a 1ª parcela 8,7500%, 2ª 9,5890%, 3ª 10,6061%, 4ª 11,8644%, 5ª 13,4615%, 6ª 15,5556% até a 7ª 18,4211%, 8ª a razão de 22,5806% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal unitário das Debêntures 3ª Emissão ACEF.

### *4ª Emissão de Debêntures da ACEF S.A.*

O “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, de Emissão da ACEF S.A.” foi celebrado pela ACEF S.A. (“Emissora ACEF”), pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e pela Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Fiadora Cruzeiro”) em 24 de abril de 2020 (“4ª Escritura de Emissão ACEF”).

Em 29 de abril de 2020, a Emissora ACEF emitiu 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$80.000.000,00 (“4ª Emissão ACEF” e “Debêntures 4ª Emissão ACEF”, respectivamente), as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Oferta 4ª Emissão ACEF”).

Em 31 de dezembro de 2020, as Debêntures 4ª Emissão ACEF contavam com a fiança concedida pela Fiadora Cruzeiro.

As Debêntures 4ª Emissão ACEF têm prazo de 1 ano a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 29 de abril de 2021. A Companhia liquidou a 4ª emissão da ACEF no dia 12 de março de 2021.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 4ª Emissão ACEF incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de um spread ou sobretaxa equivalente a 3,85%, over extra grupo, base 252 dias, incidentes desde a data de integralização, inclusive, ou desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os juros remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na data de vencimento.

O valor nominal unitário ou o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 4ª Emissão ACEF, por sua vez, deverá ser pago em uma única parcela, na data de vencimento.

### *1ª Emissão de Debêntures da SECID S.A.*

O “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a serem Convoladas em Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, de Emissão da SECID S.A.” foi celebrado pela SECID – Sociedade Educacional Cidade São Paulo (“Emissora SECID”), pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e pela Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Fiadora Cruzeiro”) em 27 de agosto de 2018 (“1ª Escritura de Emissão SECID”).

Em 10 de setembro de 2018, a Emissora SECID emitiu 330.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$330.000.000,00 (“1ª Emissão SECID” e “Debêntures 1ª Emissão SECID”, respectivamente), as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Oferta 1ª Emissão SECID”).

Em 10 de outubro de 2018, foram celebrados os seguintes contratos de garantia reais:

(a) “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as ações representativas de 83,33% do capital social da IPÊ Educacional Ltda. (“IPE”); e

(b) “Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual foram cedidas a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da IPÊ Educacional Ltda., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos.

Em 31 de dezembro de 2021, as Debêntures 1ª Emissão SECID contavam com a fiança concedida pela Fiadora Cruzeiro.

As Debêntures 1ª Emissão SECID têm prazo de 84 meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 10 de setembro de 2025.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 1ª Emissão SECID incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,4%, over extra grupo, base 252 dias úteis, incidentes desde a data de integralização até a primeira data de pagamento da remuneração, inclusive, ou desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a data de vencimento das debêntures, conforme o caso. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente nos meses de março e setembro a partir da data de emissão das Debêntures 1ª Emissão SECID, sendo o primeiro pagamento devido no dia

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10 de março de 2019, e os demais pagamentos no dia 10 de setembro e março, subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na data de vencimento.

O valor nominal unitário ou o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 1ª Emissão SECID, por sua vez, deverá ser pago em 9 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 10 de março e de setembro, a partir de 10 de setembro de 2021, sendo amortizada por parcela, a 1ª parcela a razão de 12,50%, a 2ª e 3ª parcela a razão de 6,25%, a 4ª até a 7ª parcela a razão de 11,25% e a 8ª e 9ª parcela a razão de 15,0%, totalizando assim 100% de amortização do valor nominal unitário das Debêntures 1ª Emissão SECID.

### *2ª Emissão de Debêntures da SECID S.A.*

O “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a serem Convoladas em Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, de Emissão da SECID S.A.” foi celebrado pela SECID – Sociedade Educacional Cidade São Paulo (“Emissora SECID”), pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e pela Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Fiadora Cruzeiro”) em 18 de fevereiro de 2020 (“2ª Escritura de Emissão SECID”).

Em 02 de março de 2020, a Emissora SECID emitiu 470.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$470.000.000,00 (“2ª Emissão SECID” e “Debêntures 2ª Emissão SECID”, respectivamente), as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Oferta 2ª Emissão SECID”).

Em 30 de março de 2020, foram celebrados os seguintes contratos de garantia reais:

- (a) “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as ações representativas de 100% do capital social da Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (“Positivo”);
- (b) “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual as ações representativas de 100% do capital social da CESA – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. (“CESA”);
- (c) “Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual foram cedidas a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Positivo decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos.
- (d) “Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos sobre Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças”, pelo qual foram cedidas a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos.

Em 31 de dezembro de 2021, as Debêntures 2ª Emissão SECID contavam com a fiança concedida pela Fiadora Cruzeiro.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As Debêntures 2ª Emissão SECID têm prazo de 84 meses a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 02 de março de 2027.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 2ª Emissão SECID incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,4%, over extra grupo, base 252 dias úteis, incidentes desde a data de integralização até a primeira data de pagamento da remuneração, inclusive, ou desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a data de vencimento das debêntures, conforme o caso. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido no dia 02 de abril de 2020, e os demais pagamentos no dia 02 dos meses subsequentes, devendo o último pagamento ocorrer na data de vencimento.

O valor nominal unitário ou o saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures 2ª Emissão SECID, por sua vez, deverá ser pago em 48 parcelas mensais e consecutivas, a serem pagas todo dia 02, a partir de 02 de abril de 2023, totalizando 100% de amortização do valor nominal unitário das Debêntures 2ª Emissão SECID.

### **Empréstimos e Financiamentos**

#### *Cédula de Crédito Bancário Nº 191.101.147*

Em 24 de março de 2020, o Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº191.101.147, com vencimento em 25 de fevereiro de 2023, no valor total de R\$30.000.000,00, recursos esses disponibilizados em uma única parcela ("CCB DF"). O pagamento do principal dar-se-á em 8 parcelas bimestrais, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 25 de maio de 2021 e o vencimento da última parcela se dará em 25 de fevereiro de 2023.

O financiamento contratado foi destinado ao reforço do capital de giro do Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda.

Sobre o valor da CCB DF incidirão juros de 100% do CDI acrescida de sobretaxa de 1,6% a.a., que deverão ser pagos mensalmente a contar de 25 de abril de 2020.

#### **ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

#### **iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Desta forma, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

#### **iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

**valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

As restrições impostas à Companhia e/ou às suas controladas, conforme o caso, em relação às debêntures e aos empréstimos e financiamentos descritos no item 10.1(f)(i) acima, no que concerne ao endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, estão demonstradas a seguir, conforme o caso:

### *2ª Emissão de Debêntures da ACEF*

Restrição ao vencimento antecipado, em razão de qualquer falta de pagamento de qualquer montante devido (após o respectivo prazo de carência aplicável, se houver), de qualquer endividamento financeiro da Emissora ACEF cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00;

Restrição ao inadimplimento, pela Emissora ACEF ou por qualquer controlada, de qualquer obrigação financeira;

Restrição à alteração do controle acionário da Emissora ACEF conforme definição do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto no caso de: (a) alteração do percentual da composição acionária decorrente de uma oferta pública de ações da Emissora ACEF e/ou da Fiadora Cruzeiro, ("IPO"), desde que não acarrete na mudança do controlador atual da Emissora ACEF, direto ou indireto; e (b) reorganizações societárias entre as sociedades do mesmo Grupo Econômico, e desde que não resulte em alteração do controle atual da Emissora;

Restrição para a Emissora ACEF ou a Fiadora Cruzeiro, reduzir seu capital social, sem o prévio consentimento de no mínimo, 75% dos titulares das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral Debenturistas;

Restrição à transferência ou qualquer forma de cessão a terceiros, pela Emissora ACEF ou pela Fiadora Cruzeiro, das obrigações assumidas;

Restrição à alienação ou venda (a) das sociedades controladas pela Emissora ACEF; ou (b) de quaisquer das universidades detidas pela Fiadora Cruzeiro e/ou por suas atuais controladas e/ou pela Emissora ACEF, salvo se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

Restrição para a Emissora ACEF distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas, limitando-se ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, apenas na hipótese da Emissora ACEF estar inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na 2ª Escritura de Emissão ACEF e esteja em desacordo com os índices financeiros;

Restrição à cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) envolvendo a Emissora ACEF, a Fiadora Cruzeiro, suas controladas diretas ou indiretas, que acarrete em perda ou alteração do atual controle

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

societário direto ou indireto da Emissora ACEF, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas, diretas ou indiretas, conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

Restrição à alteração do objeto social da Emissora ACEF, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas; e

Obrigação imposta à Emissora ACEF para observar o índice financeiro, resultado da relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia, que não poderá ser superior a 3. No período de 2019 a Emissora ACEF não foi capaz de cumprir com o índice financeiro previsto, de modo que em 28 de maio de 2020 foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da ACEF, na qual foi aprovada a concessão de waiver pelo descumprimento do índice financeiro.

Para fins de apuração dos covenants financeiros acima indicados, entende-se por:

Endividamento Financeiro: significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros (apenas caso tais fianças e/ou avais garantam empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo), arrendamento mercantil/leasing financeiro, os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional e também os passivos decorrentes de operações com derivativos encerradas, excluindo as dívidas decorrentes de contratos de empréstimo celebrados em conexão com aquisições (desde que tal contrato não inclua qualquer direito de antecipação de qualquer montante relacionado a ele antes do pagamento total das Debêntures 2ª Emissão ACEF e tal contrato esteja subordinado às Debêntures 2ª Emissão ACEF, e seu pagamento seja devido (valor principal e quaisquer juros e outros custos e despesas) após a data de vencimento das Debêntures 2ª Emissão ACEF, dívidas devidas por uma sociedade do grupo para outra sociedade do grupo ou para qualquer acionista ou afiliado do mesmo, todas as responsabilidades relacionadas com aposentadoria ou outras obrigações trabalhistas e de emprego, o endividamento em operações de hedging, o preço de aquisição diferido ou adiantamento de bens (salvo com respeito a qualquer aquisição de sociedades) ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios ou de outra forma resultantes de crédito comercial, em cada caso na medida em que tais acordos não sejam celebrados principalmente como um método de obtenção de financiamento e não tenham o efeito comercial principal de um empréstimo.

Dívida Líquida financeira: significa o valor consolidado de empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo da Emissora ACEF, menos o caixa e equivalentes de caixa da Emissora ACEF.

EBITDA: significa o lucro líquido consolidado da Emissora ACEF, relativo aos últimos 12 meses, e deduzidos: (a) despesas financeiras líquidas consolidadas; (b) imposto sobre a renda consolidado e contribuição social sobre o lucro líquido; (c) despesas de depreciação consolidadas; (d) despesas de amortização consolidadas; e (e) despesas de participações dos minoritários.

Para os fins deste cálculo, serão desconsiderados os efeitos da implementação do Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), referente aos arrendamentos operacionais.”

*3ª Emissão de Debêntures da ACEF*

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Restrição ao inadimplemento, pela Emissora ACEF ou por qualquer controlada, de qualquer obrigação financeira;

Restrição a alteração do controle acionário da Emissora ACEF conforme definição do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto no caso de: (a) alteração do percentual da composição acionária decorrente de uma oferta pública de ações da Emissora ACEF e/ou da Fiadora Cruzeiro, ("IPO"), desde que não acarrete na mudança do controlador atual da Emissora ACEF, direto ou indireto; e (b) reorganizações societárias entre as sociedades do mesmo Grupo Econômico (conforme abaixo definido), e desde que o novo controlador da Emissora ACEF seja empresa do Grupo Econômico e a Fiadora Cruzeiro permaneça como controladora, ainda que Indireta da Emissora ACEF;

Restrição para a Emissora ACEF ou a Fiadora Cruzeiro, reduzir seu capital social, sem o prévio consentimento de no mínimo, 75% dos titulares das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral Debenturistas;

Restrição à transformação do tipo societário da Emissora ACEF, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

Restrição à cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) envolvendo a Emissora ACEF, a Fiadora Cruzeiro, suas controladas diretas ou indiretas que acarrete em perda ou alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas, diretas ou indiretas, conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

Restrição para a Emissora ACEF distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas, limitando-se ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, apenas na hipótese da Emissora ACEF estar inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na 3ª Escritura de Emissão ACEF e esteja em desacordo com os índices financeiros;

Restrição à alienação ou venda (a) da Braz Cubas; ou (b) de quaisquer das universidades detidas pela Fiadora Cruzeiro e/ou por suas atuais controladas e/ou pela Emissora ACEF, salvo se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou se a referida alienação e/ou venda seja exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) desde que tal alienação e/ou venda não inclua a Braz Cubas e/ou quaisquer universidades detidas pela Braz Cubas;

Restrição ao vencimento antecipado, em razão de qualquer falta de pagamento de qualquer montante devido (após o respectivo prazo de carência aplicável, se houver), de qualquer endividamento financeiro da Emissora ACEF, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas ("Grupo Econômico"), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$50.000.000,00; e

Obrigação imposta à Emissora ACEF para observar o índice financeiro, resultado da relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia, que não poderá ser superior a 4 até 2021 e superior a 3 após 2021; e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 01 de dezembro de 2020, foi aprovada as alterações da metodologia de cálculo dos índices financeiros onde serão desconsiderados os efeitos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), referente aos arrendamentos operacionais. Considerando o ajuste na metodologia, a Companhia atingiu os índices requeridos.

Para fins de apuração dos covenants financeiros acima indicados, entende-se por:

Endividamento Financeiro: significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros (apenas caso tais fianças e/ou avais garantam empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo), os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional e também os passivos decorrentes de operações com derivativos encerradas, excluindo as dívidas decorrentes de contratos de empréstimo celebrados em conexão com aquisições (desde que tal contrato não inclua qualquer direito de antecipação de qualquer montante relacionado a ele antes do pagamento total das Debêntures 3ª Emissão ACEF e tal contrato esteja subordinado às Debêntures 3ª Emissão ACEF, e seu pagamento seja devido (valor principal e quaisquer juros e outros custos e despesas) após a data de vencimento das Debêntures 3ª Emissão ACEF, dívidas devidas por uma sociedade do grupo para outra sociedade do grupo ou para qualquer acionista ou afiliado do mesmo, todas as responsabilidades relacionadas com aposentadoria ou outras obrigações trabalhistas e de emprego, o endividamento em operações de hedging, o preço de aquisição diferido ou adiantamento de bens (salvo com respeito a qualquer aquisição de sociedades) ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios ou de outra forma resultantes de crédito comercial, em cada caso na medida em que tais acordos não sejam celebrados principalmente como um método de obtenção de financiamento e não tenham o efeito comercial principal de um empréstimo.

Dívida Líquida financeira: significa o valor consolidado de empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo da Emissora ACEF, menos o caixa e equivalentes de caixa da Emissora ACEF.

EBITDA: significa o lucro líquido consolidado da Emissora ACEF, relativo aos últimos 12 meses, e deduzidos: (a) despesas financeiras líquidas consolidadas; (b) imposto sobre a renda consolidado e contribuição social sobre o lucro líquido; (c) despesas de depreciação consolidadas; (d) despesas de amortização consolidadas; e (e) despesas de participações dos minoritários.

### *1ª Emissão de Debêntures da SECID*

Restrição ao inadimplemento, pela Emissora SECID, de qualquer obrigação financeira;

Restrição a alteração do controle acionário da Emissora SECID conforme definição do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto no caso de: (a) alteração do percentual da composição acionária decorrente de uma oferta pública de ações da Emissora SECID e/ou da Fiadora Cruzeiro, ("IPO"), desde que não acarrete na mudança do controlador atual da Emissora SECID, direto ou indireto; e (b) reorganizações societárias entre as sociedades do mesmo Grupo Econômico, e desde que o novo controlador da Emissora SECID seja empresa do Grupo Econômico e a Fiadora Cruzeiro permaneça como controladora, ainda que Indireta da Emissora SECID;

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Restrição para a Emissora SECID ou a Fiadora Cruzeiro, reduzir seu capital social, sem o prévio consentimento de no mínimo, 75% dos titulares das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral Debenturistas;

Restrição ao vencimento antecipado, em razão de qualquer falta de pagamento de qualquer montante devido (após o respectivo prazo de carência aplicável, se houver), de qualquer endividamento financeiro da Emissora ACEF, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas ("Grupo Econômico"), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00;

Restrição à alienação ou venda (a) da IPE; ou (b) de quaisquer das universidades detidas pela Emissora SECID, pela Fiadora Cruzeiro e/ou por suas atuais Controladas, exceto se (i) a referida alienação e/ou venda seja previamente aprovada por Debenturistas, representando, no mínimo, 75% Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral; ou (ii) a referida alienação e/ou venda seja exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), desde que tal alienação e/ou venda não inclua a IPE e/ou quaisquer universidades detidas pela IPE;

Restrição para a Emissora SECID distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas, limitando-se ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, apenas na hipótese da Emissora SECID estar inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na 1ª Escritura de Emissão SECID e esteja em desacordo com os índices financeiros;

Restrição à cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) envolvendo a Emissora SECID, a Fiadora Cruzeiro, suas controladas diretas ou indiretas que acarrete em perda ou alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora SECID, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas, diretas ou indiretas, conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

Restrição à transformação do tipo societário da Emissora SECID, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

Obrigação imposta à Emissora SECID para observar o índice financeiro, resultado da relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia, que não poderá ser superior a 3,5 até 2020 e superior a 3 após 2020; e

Em 01 de dezembro de 2020, os debenturistas e agente fiduciário concederam anuência prévia para a não observância dos índices financeiros (waiver) para a respectiva emissão, excepcionalmente com relação ao exercício social a findo em 31 de dezembro de 2020.

Para fins de apuração dos covenants financeiros acima indicados, entende-se por:

Endividamento Financeiro: significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros (apenas caso tais fianças e/ou avais garantam empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo), arrendamento mercantil/leasing financeiro, os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional e também os passivos decorrentes de operações com derivativos encerradas, excluindo as dívidas decorrentes de contratos de empréstimo celebrados em



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

conexão com aquisições (desde que tal contrato não inclua qualquer direito de antecipação de qualquer montante relacionado a ele antes do pagamento total das Debêntures 1ª Emissão SECID e tal contrato esteja subordinado às Debêntures 1ª Emissão SECID, e seu pagamento seja devido (valor principal e quaisquer juros e outros custos e despesas) após a data de vencimento das Debêntures 1ª Emissão SECID, dívidas devidas por uma sociedade do grupo para outra sociedade do grupo ou para qualquer acionista ou afiliado do mesmo, todas as responsabilidades relacionadas com aposentadoria ou outras obrigações trabalhistas e de emprego, o endividamento em operações de hedging, o preço de aquisição diferido ou adiantamento de bens (salvo com respeito a qualquer aquisição de sociedades) ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios ou de outra forma resultantes de crédito comercial, em cada caso na medida em que tais acordos não sejam celebrados principalmente como um método de obtenção de financiamento e não tenham o efeito comercial principal de um empréstimo.

Dívida Líquida financeira: significa o valor consolidado de empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo da Emissora SECID, menos o caixa e equivalentes de caixa da Emissora SECID.

EBITDA: significa o lucro líquido consolidado da Emissora SECID, relativo aos últimos 12 meses, e deduzidos: (a) despesas financeiras líquidas consolidadas; (b) imposto sobre a renda consolidado e contribuição social sobre o lucro líquido; (c) despesas de depreciação consolidadas; (d) despesas de amortização consolidadas; e (e) despesas de participações dos minoritários.

### *2ª Emissão de Debêntures da SECID*

Restrição ao inadimplemento, pela Emissora SECID, de qualquer obrigação financeira;

Restrição a alteração do controle acionário da Emissora SECID conforme definição do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto no caso de: (a) alteração do percentual da composição acionária decorrente de uma oferta pública de ações da Emissora SECID e/ou da Fiadora Cruzeiro, ("IPO"), desde que não acarrete na mudança do controlador atual da Emissora SECID, direto ou indireto; e (b) reorganizações societárias entre as sociedades do mesmo Grupo Econômico, e desde que o novo controlador da Emissora SECID seja empresa do Grupo Econômico e a Fiadora Cruzeiro permaneça como controladora, ainda que Indireta da Emissora SECID;

Restrição para a Emissora SECID ou a Fiadora Cruzeiro, reduzir seu capital social, sem o prévio consentimento de no mínimo, 75% dos titulares das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral Debenturistas;

Restrição ao vencimento antecipado, em razão de qualquer falta de pagamento de qualquer montante devido (após o respectivo prazo de carência aplicável, se houver), de qualquer endividamento financeiro da Emissora ACEF, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas ("Grupo Econômico"), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00;

Restrição à alienação ou venda (a) da Universidade Positivo e/ou CESA; ou (b) de quaisquer das universidades detidas pela Emissora SECID, pela Fiadora Cruzeiro e/ou por suas atuais Controladas, exceto se (i) a referida alienação e/ou venda seja previamente aprovada por Debenturistas, representando, no mínimo, 75% Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral; ou (ii) a referida alienação e/ou

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

venda seja exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), desde que tal alienação e/ou venda não inclua a Universidade Positivo e/ou CESA e/ou quaisquer universidades detidas pela Universidade Positivo e/ou CESA;

Restrição para a Emissora SECID distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas, limitando-se ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, apenas na hipótese da Emissora SECID estar inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na 2ª Escritura de Emissão SECID e esteja em desacordo com os índices financeiros;

Restrição à cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) envolvendo a Emissora SECID, a Fiadora Cruzeiro, suas controladas diretas ou indiretas que acarrete em perda ou alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora SECID, da Fiadora Cruzeiro ou de suas controladas, diretas ou indiretas, conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

Restrição à transformação do tipo societário da Emissora SECID, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

Obrigação imposta à Emissora SECID para observar o índice financeiro, resultado da relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia, que não poderá ser superior a 4 em 2020, superior a 3,7 após 2021 e superior a 3,0 após 2022; e

Em 01 de dezembro de 2020, os debenturistas e agente fiduciário concederam anuência prévia para a não observância dos índices financeiros (waiver) para a respectiva emissão, excepcionalmente com relação ao exercício social a findo em 31 de dezembro de 2020.

Para fins de apuração dos covenants financeiros acima indicados, entende-se por:

Endividamento Financeiro: significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros (apenas caso tais fianças e/ou avais garantam empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo), arrendamento mercantil/leasing financeiro, os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional e também os passivos decorrentes de operações com derivativos encerradas, excluindo as dívidas decorrentes de contratos de empréstimo celebrados em conexão com aquisições (desde que tal contrato não inclua qualquer direito de antecipação de qualquer montante relacionado a ele antes do pagamento total das Debêntures 2ª Emissão SECID e tal contrato esteja subordinado às Debêntures 2ª Emissão SECID, e seu pagamento seja devido (valor principal e quaisquer juros e outros custos e despesas) após a data de vencimento das Debêntures 2ª Emissão SECID, dívidas devidas por uma sociedade do grupo para outra sociedade do grupo ou para qualquer acionista ou afiliado do mesmo, todas as responsabilidades relacionadas com aposentadoria ou outras obrigações trabalhistas e de emprego, o endividamento em operações de hedging, o preço de aquisição diferido ou adiantamento de bens (salvo com respeito a qualquer aquisição de sociedades) ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios ou de outra forma resultantes de crédito comercial, em cada caso na medida em que tais acordos não sejam celebrados principalmente como um método de obtenção de financiamento e não tenham o efeito comercial principal de um empréstimo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívida Líquida financeira: significa o valor consolidado de empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo da Emissora SECID, menos o caixa e equivalentes de caixa da Emissora SECID.

EBITDA: significa o lucro líquido consolidado da Emissora SECID, relativo aos últimos 12 meses, e deduzidos: (a) despesas financeiras líquidas consolidadas; (b) imposto sobre a renda consolidado e contribuição social sobre o lucro líquido; (c) despesas de depreciação consolidadas; (d) despesas de amortização consolidadas; e (e) despesas de participações dos minoritários.

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

(a) Se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;

(b) Se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;

(c) Se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;

(d) Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Cédula de Crédito Bancário Nº 101120030013300

Conta com a restrição à distribuição de quaisquer dividendos durante a vigência do referido instrumento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpria todos os covenants decorrentes de seus financiamentos e debêntures. Em 13 de novembro de 2020, a Companhia liquidou de forma antecipada a Cédula de Crédito Bancário, com valor de liquidação de R\$ 29.834.678,54. Tendo em vista a liquidação da CDB com restrição, a Companhia pagou os dividendos declarados aos acionistas em 01 de dezembro de 2020.

### **(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$2.379,7 milhões de empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures e os passivos de arrendamento (circulante e não circulante), como mencionados no item 10.1.f acima. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### **(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os números e análises a seguir são apresentados em bases consolidadas e derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, as quais foram elaboradas de acordo com o IFRS, e com as práticas

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

**Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	1.820.615	100,0	1.800.968	100,0	1,1
Custo dos serviços prestados	-959.948	(52,7)	-956.552	(53,1)	0,4
Lucro bruto	860.667	47,3	844.416	46,9	1,9
(Despesas) e receitas operacionais	-547.326	(30,1)	-666.673	(37,0)	(17,9)
Despesas gerais e administrativas	-368.837	(20,3)	-417.267	(23,2)	(11,6)
Depreciação e amortização	-93.898	(5,2)	-108.821	(6,0)	(13,7)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	-98.446	(5,4)	-149.081	(8,3)	(34,0)
Outras receitas operacionais, líquidas	13.855	0,8	8.496	0,5	63,1
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	313.341	17,2	177.743	9,9	76,3
Receitas Financeiras	57.900	3,2	10.313	0,6	461,4
Despesas financeiras	-291.704	(16,0)	-231.202	(12,8)	26,2
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	79.537	4,4	-43.146	(2,4)	(284,3)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	3.418	0,2	8.353	0,5	(59,1)
Lucro Líquido do exercício	82.955	4,6	-34.793	(1,9)	(338,4)

**Receita líquida**

A Companhia encerrou ano de 2021 com receita bruta de R\$4.588,4 milhões, o que representa um aumento de 22,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para este aumento o

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

número de alunos nos cursos de EAD, com destaque para a graduação, que foi de 12,5% (27 mil alunos) em 2021, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A receita líquida alcançou R\$1.820,6 milhões em 2021, um acréscimo de 1,1% (vs. 2020), impactada pelo aumento nos descontos e bolsas concedidos pela Companhia refletindo a estratégia comercial fruto do cenário pandêmico.

### Custos dos serviços prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 0,4% ou R\$3,4 milhões, passando de R\$956,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$959,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os custos se mantiveram no patamar de 2020, mesmo com o aumento na base de alunos em função de processos de captação maiores, somados a progressão de cursos abertos nos últimos anos. No passado houve impactos pelas reestruturações realizadas com o projeto OBZ e mudança na grade curricular com maior penetração do EaD no ensino presencial.

### Lucro bruto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia aumentou 1,9% ou R\$16,3 milhões, passando de R\$844,4 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$860,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento do lucro bruto está associado principalmente à redução nos custos obtida com as reestruturações realizadas pela Companhia em 2020 em decorrência da pandemia e ao aumento da receita líquida dos cursos EaD.

### Despesas e Receitas Operacionais

#### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram 11,6%, passando para o valor de R\$368,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$417,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos gastos corporativos, como despesas de pessoal e encargos, relacionados às reestruturações realizadas em 2020.

#### Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização da Companhia reduziu 13,7%, passando para o valor de R\$93,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$108,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essas variações ocorreram, devido a descontinuidade dos softwares EaD da Positivo, totalmente amortizados em 2020.

#### Despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia reduziram 34%, apresentando o valor de R\$98,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$149,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução está

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

relacionada com a queda na inadimplência em 2021, pelo ajuste na base de alunos e o avanço da vacinação, com consequente flexibilização da quarentena e retomada da economia.

### Outras Receitas operacionais, líquidas

A linha de outras receitas operacionais, líquidas aumentou 63,1%, alcançando R\$13,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$8,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento das receitas oriundas das locações de espaços nas IES com a flexibilização das restrições impostas pela pandemia.

### Lucro antes das despesas e receitas financeiras

O lucro antes das despesas e receitas financeiras da Companhia apresentou um aumento de R\$135,6 milhões ou 76,3%, alcançando um lucro de R\$313,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a um lucro de R\$177,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido aos pontos já elencados acima.

### Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram uma variação positiva de R\$47,6 milhões ou 461,4%, de R\$57,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$10,3 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação é oriunda substancialmente dos rendimentos das aplicações financeiras.

As despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$60,5 milhões ou 26,2%, de R\$291,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado às despesas de R\$231,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de passivos de arrendamento e dos juros de empréstimos e financiamentos.

### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia reduziu R\$4,9 milhões ou 59,1%, alcançando um imposto de R\$3,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a um imposto de R\$3,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A maior variação está relacionada ao lucro tributável pela venda de imóvel de controlada da Companhia.

### Lucro líquido (Prejuízo) do período

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido da Companhia variou 338,4% ou R\$117,7 milhões, passando de um prejuízo de R\$34,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para um lucro de R\$83,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com um aumento de 6,5 p.p. na margem líquida. Essa variação ocorreu devido aos fatores identificados nos itens acima e seu impacto relativo.

### Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	1.800.968	100,0	1.474.249	100,0	22,2
Custo dos serviços prestados	-956.552	(53,1)	-830.734	(56,3)	15,1
Lucro bruto	844.416	46,9	643.515	43,7	31,2
(Despesas) e receitas operacionais	-666.673	(37,0)	-361.842	(24,5)	84,2
Despesas gerais e administrativas	-417.267	(23,2)	-265.837	(18,0)	57,0
Depreciação e amortização	-108.821	(6,0)	-58.474	(4,0)	86,1
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	-149.081	(8,3)	-45.991	(3,1)	224,2
Outras receitas operacionais, líquidas	8.496	0,5	8.460	0,6	0,4
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	177.743	9,9	281.673	19,1	(36,9)
Receitas Financeiras	10.313	0,6	7.042	0,5	46,4
Despesas financeiras	-231.202	(12,8)	-192.058	(13,0)	20,4
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-43.146	(2,4)	96.657	6,6	(144,6)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	8.353	0,5	24.214	1,6	(65,5)
Lucro Líquido do exercício	-34.793	(1,9)	120.871	8,2	(128,8)

A receita bruta da Companhia aumentou em 29,9% ou R\$863,7 milhões, de R\$2.885,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.749,3 milhões no mesmo período de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, pelas receitas oriundas das aquisições da Braz Cubas em fevereiro e da Positivo em março. Contribuiu também para esse resultado o aumento no número de alunos nos cursos de ensino à distância (EAD) com destaque para a graduação. O aumento do número de alunos EAD foi 21,2% (32,8 mil alunos, sem aquisições) no 4T20 em comparação com o mesmo período do ano anterior, através do crescimento expressivo do número de polos, que passou de 881 no 4T19 de 2019 para 1.214 no 4T20 de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita líquida da Companhia aumentou 22,2% ou R\$326,8 milhões, passando de R\$1.474,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$1.801,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em linha com o crescimento da receita bruta.

### Custos dos serviços prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 15,1% ou R\$125,8 milhões, passando de R\$830,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$956,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Este acréscimo nos custos, pode ser observado principalmente nos serviços e gastos adicionais relacionados às aquisições, como custos com divulgação, despesas pedagógicas, manutenção das operações e arrendamento mercantil (IFRS16); e pelas reestruturações necessárias em decorrência da crise da COVID-19 em junho e julho de 2020 e consequente redução dos custos dos meses seguintes. Além disso, os custos com repasse de polos tiveram aumento em função do crescimento da base de alunos do ensino à distância (EAD); através do crescimento do número de polos.

### Lucro bruto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto da Companhia aumentou 31,2% ou R\$200,9 milhões, passando de R\$643,5 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$844,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento do lucro bruto está associado principalmente às receitas oriundas das empresas adquiridas (Braz Cubas e Positivo), ao crescimento do número de alunos do ensino à distância (EAD) e à redução nos custos devido às reestruturações realizadas pela Companhia no 1S20 em decorrência da crise da pandemia (COVID-19). A margem bruta da Companhia aumentou 4,2 pontos percentuais, de 43,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para 46,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### Despesas e Receitas Operacionais

#### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 57,0%, alcançando R\$417,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$265,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se, principalmente, aos gastos corporativos, como despesas de pessoal e encargos, aos custos de reestruturações decorrentes dos impactos causados pela pandemia e à alteração da matriz curricular. Além disso, as provisões para benefícios dos administradores totalizaram R\$67 milhões, e as despesas gerais e administrativas das empresas adquiridas (Braz Cubas e Positivo), atingiram R\$78,6 milhões.

#### Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização da Companhia aumentou 86,1%, alcançando R\$108,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$58,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à realização de Mais Valia (principalmente Carteira de Clientes, Cláusula de Não Competição, Marcas e Polos) no valor de R\$33 milhões (ante R\$14 milhões no exercício de 2019), amortização de conteúdo EAD Positivo de R\$21 milhões e depreciação de ativos



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

fixos (máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedade de terceiros) de R\$9 milhões relacionadas às recém-adquiridas Positivo e Braz Cubas.

Despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia aumentaram 224,2%, alcançando R\$149,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$46,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos impactos causados pela crise da pandemia (COVID-19), ao impacto das instituições adquiridas e à mudança de critério da PCLD.

Outras Receitas operacionais, líquidas

A linha de outras receitas operacionais, líquidas aumentou 0,4%, alcançando R\$8,49 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$8,46 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, pelas baixas incorridas no exercício de 2020 dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento, por descontinuidade dos contratos.

Lucro antes das despesas e receitas financeiras

O lucro antes das despesas e receitas financeiras da Companhia apresentou uma redução de R\$103,9 milhões ou 36,9%, representando um lucro de R\$177,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um lucro de R\$281,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu devido aos pontos já elencados acima.

Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram uma variação positiva de R\$3,3 milhões ou 46,4%, de R\$10,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$7,0 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu devido ao aumento de rendimentos sobre aplicações financeiras e ao recebimento de juros e encargos recebidos sobre mensalidades que estavam em atraso e foram renegociadas.

Despesas financeiras

As despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$39,1 milhões ou 20,4%, de R\$231,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado às despesas de R\$192,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu pelos efeitos de apropriação de juros incidentes nos passivos de arrendamento, bem como pelos descontos concedidos sobre as mensalidades em atraso.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia reduziu R\$15,9 milhões ou 65,5%, alcançando uma receita de R\$8,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita de R\$24,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao registro de ativo fiscal diferido na controlada Unipê em 2019.

Lucro líquido (Prejuízo) do período

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido da Companhia variou 128,8% ou R\$155,7 milhões, passando de um lucro de R\$120.871 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para um prejuízo de R\$34.793 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido aos fatores identificados nos itens acima e seu impacto relativo.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020:**

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.084.985	22,72	212.905	5,80	409,61
Contas a receber	187.816	3,93	187.301	5,10	0,27
Tributos a recuperar	13.557	0,28	8.812	0,24	53,85
Outros créditos	16.019	0,34	37.455	1,02	(57,23)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.302.377</b>	<b>27,27</b>	<b>446.473</b>	<b>12,17</b>	<b>191,70</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>					
Contas a receber	24.273	0,51	27.309	0,74	(11,12)
Depósitos judiciais	18.375	0,38	13.254	0,36	38,64
Outros Créditos	46.147	0,97	24.917	0,68	85,20
Tributos Diferidos	100.514	2,10	88.613	2,41	13,43
Investimentos	146	0,00	146	0,00	-
Imobilizado, líquido	485.936	10,17	470.250	12,81	3,34

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Direito de uso	1.092.179	22,87	877.114	23,90	24,52
Intangível, líquido	1.706.070	35,72	1.722.058	46,92	(0,93)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.473.640</b>	<b>72,73</b>	<b>3.223.661</b>	<b>87,83</b>	<b>7,75</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.776.017</b>	<b>100,00</b>	<b>3.670.134</b>	<b>100,00</b>	<b>30,13</b>
<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH (%)</b>
Passivo Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	15.122	0,32	34.106	0,93	(55,66)
Debêntures	115.479	2,42	174.093	4,74	(33,67)
Fornecedores	50.471	1,06	44.039	1,20	14,61
Obrigações com partes relacionadas	2.519	0,05	2.010	0,05	25,32
Obrigações trabalhistas	120.555	2,52	125.870	3,43	(4,22)
Obrigações tributárias	49.695	1,04	39.700	1,08	25,18
Dividendos a pagar	19.702	0,41	-	-	-
Adiantamentos de clientes	39.242	0,82	35.015	0,95	12,07
Passivo de arrendamento	78.326	1,64	72.397	1,97	8,19
Obrigações por aquisição de participações societárias	63.688	1,33	3.724	0,10	1.610,20
Receita diferida	722	0,02	1.332	0,04	(45,80)
Outras contas a pagar	4.372	0,09	4.183	0,11	4,52
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>559.893</b>	<b>11,72</b>	<b>536.469</b>	<b>14,62</b>	<b>4,37</b>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	3.761	0,08	20.074	0,55	(81,26)
Debêntures	1.042.297	21,82	1.143.790	31,16	-

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Obrigações trabalhistas	24.847	0,52	29.356	-	-
Obrigações tributárias	136.540	2,86	151.995	4,14	(10,17)
Tributos diferidos	17.278	0,36	17.636	0,48	(2,03)
Provisão para demandas judiciais	65.295	1,37	50.529	1,38	29,22
Passivo de arrendamento	1.124.717	23,55	877.120	23,90	28,23
Obrigação por aquisição de participações societárias	331.714	6,95	378.780	10,32	(12,43)
Receita diferida	10.230	0,21	10.952	0,30	(6,59)
Outras contas a pagar	5.657	0,12	1.429	0,04	295,87
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.762.336</b>	<b>57,84</b>	<b>2.681.661</b>	<b>73,07</b>	<b>3,01</b>
Patrimônio Líquido					
Capital social	1.203.576	25,20	193.190	5,26	523,00
Reserva de capital	161.978	3,39	161.978	4,41	-
Reserva de lucros	88.234	1,85	96.836	2,64	(8,88)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.453.788</b>	<b>30,44</b>	<b>452.004</b>	<b>12,32</b>	<b>221,63</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.776.017</b>	<b>100,00</b>	<b>3.670.134</b>	<b>100,00</b>	<b>30,13</b>

**ATIVO**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 30,1% ou R\$1.105,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020.

**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia aumentou 191,7% ou R\$855,9 milhões, passando de R\$446,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.302,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido a:

O caixa e equivalentes de caixa aumentou em R\$872,1 milhões ou 409,7%, alcançando R\$1.085,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$212,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

deu-se majoritariamente pelas atividades de financiamento da Companhia no ano com destaque para a oferta pública de ações (IPO) realizado em fevereiro de 2021.

### Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não-circulante da Companhia aumentou 7,8% ou R\$250,0 milhões, passando de R\$3.223,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$3.473,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido a:

O grupo de Direito de uso, com impacto de R\$215,1 milhões oriundo da remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente, sendo apurada a nova prestação mensal para os contratos que tiveram aniversário no período, o que perfaz o montante de R\$259,5 milhões;

### PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de 30,1% ou R\$1.105,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente, aos fatores descritos abaixo.

### Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia aumentou 4,4% ou R\$23,4 milhões, passando de R\$536,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$559,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se em decorrência dos eventos tratados a seguir:

Empréstimos e financiamentos demonstram uma redução de R\$19 milhões em função das liquidações de Cédula de Crédito bancários e contratos de capital de giro, no montante de R\$6,6 milhões e pagamentos realizados conforme cronograma no montante de R\$ 26,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021;

As debêntures apresentam uma redução de R\$58,6 milhões, oriundo dos pagamentos do valor principal e juros sobre a 1ª e 2ª emissão da SECID e ACEF, totalizando R\$113,6, pagamento de juros da 2ª e 3ª emissão da SECID e ACEF, totalizando R\$32,8. E, por fim, houve a liquidação da 4ª emissão da ACEF, no valor nominal de R\$80 milhões, emitida em 29 de abril de 2020 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. O pagamento do valor principal, bem como os juros totalizaram R\$84,2 milhões.

Aumento das obrigações por aquisição de participação societária no valor de R\$60 milhões, principalmente impactadas pela reclassificação de longo para o curto prazo e os juros apropriados no período.

Aumento nos dividendos a pagar em R\$ 19,7, conforme prevê o estatuto social da Companhia, que é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal.

### Passivo Não-Circulante

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não-circulante da Companhia aumentou 3,0% ou R\$80,7 milhões, passando de R\$2.681,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.762,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores:

A rubrica de debêntures apresenta uma redução de R\$101,5 milhões impactado pelos pagamentos realizados de principal e juros de R\$ 167,9 milhões e R\$ 62,6 milhões respectivamente.

O grupo de passivo de arrendamento também demonstra aumento de R\$247,6 milhões que está atrelado substancialmente a remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente, sendo apurada a nova prestação mensal para os contratos que tiveram aniversário no período, o que perfaz o montante de R\$259,5 milhões;

Por fim o grupo de obrigações por aquisição de participação societária demonstra uma redução de R\$47,1 milhões, impactado pela reclassificação da dívida entre curto e longo prazo como já mencionado no tópico passivo circulante.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia aumento 221,6%, passando de R\$452,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.453,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$1.001,8 milhões. Esse aumento reflete principalmente o aumento de capital de R\$ 1.010,4 milhões por meio do *IPO*, realizado pelo Companhia em fevereiro de 2021.

### Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV(%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV(%)	AH(%)
ATIVO					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	212.905	5,80	22.723	0,01	836,96
Aplicações Financeiras - vinculadas	-	-	915	0,00	(100,00)
Contas a receber	187.301	5,10	157.321	0,07	19,06
Tributos a recuperar	8.812	0,24	4.978	0,00	77,02
Outros créditos	37.455	1,02	12.586	0,01	197,59
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>446.473</b>	<b>12,17</b>	<b>198.523</b>	<b>0,09</b>	<b>124,90</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ativo Não Circulante					
Contas a receber	27.309	0,74	11.627	0,01	134,88
Depósitos judiciais)	13.254	0,36	6.125	0,00	116,39
Outros Créditos	24.917	0,68	25.270	0,01	(1,40)
Tributos Diferidos	88.613	2,41	65.847	0,03	34,57
Investimentos	146	0,00	146	0,00	-
Imobilizado, líquido	470.250	12,81	424.832	0,19	10,69
Direito de uso	877.114	23,90	489.646	0,22	-
Intangível, líquido	1.722.058	46,92	977.187	0,44	76,23
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.223.661</b>	<b>87,83</b>	<b>2.000.680</b>	<b>0,91</b>	<b>61,13</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.670.134</b>	<b>100,00</b>	<b>2.199.203</b>	<b>1,00</b>	<b>66,88</b>
<b>(em R\$ mil, exceto %)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV(%)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>AV(%)</b>	<b>AH(%)</b>
Passivo Circulante					
Empréstimos e Financiamentos (5)	34.106	0,93	23.050	0,01	47,97
Debêntures	174.093	4,74	752.730	0,34	(76,87)
Fornecedores	44.039	1,20	24.466	0,01	80,00
Obrigações com partes relacionadas	2.010	0,05	1.872	0,00	7,37
Obrigações trabalhistas	125.870	3,43	80.623	0,04	56,12
Obrigações tributárias	39.700	1,08	27.286	0,01	45,50
Dividendos a pagar	-	-	30.006	0,01	(100,00)
Obrigações de arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	35.015	0,95	17.907	0,01	95,54

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Passivo de arrendamento	72.397	1,97	45.826	0,02	-
Obrigações por aquisição de participações societárias	3.724	0,10	5.643	0,00	(34,01)
Receita diferida	1.332	0,04	722	0,00	84,49
Outras contas a pagar	4.183	0,11	2.334	0,00	79,22
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>536.469</b>	<b>14,62</b>	<b>1.012.465</b>	<b>0,46</b>	<b>(47,01)</b>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20.074	0,55	22.292	0,01	(9,95)
Debêntures	1.143.790	31,16	-	-	-
Obrigações tributárias	29.356	0,80	34.033	0,02	(13,74)
Tributos diferidos	151.995	4,14	1.000	0,00	15.099,50
Provisão para demandas judiciais	17.636	0,48	28.023	0,01	(37,07)
Obrigações de arrendamento mercantil financeiro	50.529	1,38	-	-	-
Passivo de arrendamento	877.120	23,90	467.785	0,21	-
Obrigações por aquisição de participações societárias	378.780	10,32	108.109	0,05	250,37
Receita diferida	10.952	0,30	11.674	0,01	(6,18)
Outras contas a pagar	1.429	0,04	3.031	0,00	(52,85)
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.681.661</b>	<b>73,07</b>	<b>675.947</b>	<b>0,31</b>	<b>296,73</b>
Patrimônio Líquido					
Capital social	193.190	5,26	158.190	0,07	22,13
Reserva de capital	161.978	4,41	196.978	0,09	(17,77)
Reserva de lucros	96.836	2,64	155.623	0,07	(37,78)



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>452.004</b>	<b>12,32</b>	<b>510.791</b>	<b>0,23</b>	<b>(11,51)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.670.134</b>	<b>100,00</b>	<b>2.199.203</b>	<b>1,00</b>	<b>66,88</b>

**ATIVO**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 66,9% ou R\$1.470,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019.

**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia aumentou 124,9% ou R\$248,0 milhões, passando de R\$198,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$446,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido a:

O caixa e equivalentes de caixa aumentou em R\$190,2 milhões ou 837%, alcançando R\$212,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$22,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deu-se majoritariamente pelas atividades de financiamento da Companhia que totalizaram R\$765,0 milhões no ano com destaque para as captações de debêntures incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$30,0 milhões ou 19,1%, alcançando R\$187,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$157,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deu-se, principalmente, pelo crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes.

O grupo de outros créditos aumentou em R\$24,9 milhões ou 197,6% quando comparado com 31 de dezembro de 2019, onde os principais impactos estão atrelados a constituição de ativos indenizatórios sobre provisões de contingências de ex-mantenedor relativa as empresas adquiridas em 2020.

**Ativo Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não-circulante da Companhia aumentou 61,1% ou R\$1.223,0 milhões, passando de R\$2.000,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.223,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido a:

O grupo de Direito de uso, com impacto de R\$387,5 milhões oriundo dos contratos já existentes na data da aquisição sobre as adquiridas Braz Cubas e grupo Positivo, como também damos ênfase aos novos contratos assumidos pela Companhia durante o período, o que perfaz o montante de R\$399,7 milhões;

Intangível líquido, que demonstra um crescimento significativo de 76,2% ou R\$744,9 milhões, quando avaliada a movimentação entre os exercícios, com seus principais fatores atrelados ao ágio incorrido nas aquisições, bem como pela alocação dos ativos identificados nas combinações de negócios supracitadas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de 66,9% ou R\$1.470,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente, aos fatores descritos abaixo.

#### Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia diminuiu 47,0% ou R\$476 milhões, passando de R\$1.012,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$536,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se em decorrência dos eventos tratados a seguir:

Empréstimos e financiamentos demonstram um aumento de R\$11,1 milhões em função das captações de Cédula de Crédito bancários realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

As debêntures apresentam uma redução de R\$578,6 milhões, principalmente pelo não cumprimento dos covenants para a 2ª emissão da ACEF para a data-base de 31 de dezembro de 2019 e, por esse motivo, havia reclassificado naquela data-base a totalidade das debêntures para o passivo circulante. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia obteve a renúncia (waiver) dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices e, conseqüentemente, em 30 de junho de 2020, procedeu a reclassificação da dívida entre curto e longo prazo. Outro fator que influenciou a variação da conta foi a emissão de debêntures para a aquisição da Universidade Positivo e Braz Cubas em 2020.; e

Aumento das obrigações trabalhistas no valor de R\$45,3 milhões, principalmente impactadas pelas combinações de negócios ocorridas em 2020 e constituição de provisões para benefício dos administradores.

#### Passivo Não-Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não-circulante da Companhia aumentou 296,8% ou R\$2.006,3 milhões, passando de R\$676 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.681,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores:

A rubrica de debêntures apresenta um aumento de R\$1.143,8 milhões impactado pela reclassificação da dívida entre curto e longo prazo, como já mencionado no tópico passivo circulante. Adicionalmente, o crescimento do saldo está também relacionado às emissões de debêntures para a aquisição da Universidade Positivo e Braz Cubas ocorridas em 2020;

O grupo de passivo de arrendamento também demonstra aumento de R\$409,3 milhões que está atrelado substancialmente aos novos contratos de aluguel firmados pelas aquisições da Braz Cubas e da Universidade Positivo em 2020; e

Por fim o grupo de obrigações por aquisição de participação societária demonstra um aumento de R\$270,7 milhões, onde os principais impactos correspondem a compra da Braz Cubas e da Universidade Positivo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia diminuiu 11,5%, passando de R\$510,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$452,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$58,8 milhões. Essa redução reflete principalmente o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	465.707	256.775	81,4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(91.450)	(382.084)	-76,1
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	497.823	315.491	57,8
Aumento (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	872.080	190.182	358,6

#### Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$208,9 milhões ou 81,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, passando de um caixa gerado de R\$256,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para uma geração de R\$465,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação deu-se, principalmente, (i) incremento das receitas oriundas da graduação EaD, com o aumento no número de alunos; (ii) redução nas despesas com pessoal decorrentes das reestruturações realizadas em 2020, (iii) alteração da matriz curricular e dos itens não recorrentes relacionados ao IPO; e (iv) redução provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), devido à redução na inadimplência.

#### Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma redução de R\$290,6 milhões ou 76,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$382,1 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$91,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essa variação deu-se, principalmente pelos valores de aquisição da Braz Cubas e Positivo que perfazem o montante de R\$327,7 milhões realizados em 2020.

### Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos apresentou um aumento de R\$182,3 milhões ou 57,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, passando de um caixa aplicado de R\$315,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2020, para uma geração de R\$497,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação deu-se, principalmente, aumento de capital pela emissão de ações (IPO), pagamentos de debentures e pagamentos de arrendamento, realizado durante o exercício findo de 31 de dezembro 2021.

### Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	256.775	328.585	-21,9
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(382.084)	(107.528)	255,3
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	315.491	(253.427)	-224,5
Aumento (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	190.182	(32.370)	-687,5

### Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma diminuição de R\$71,8 milhões ou 21,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, passando de um caixa gerado de R\$328,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para uma geração de R\$256,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Essa variação deu-se, principalmente, aumento do saldo de contas a receber em função dos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes.

### Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$274,6 milhões ou 255,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$107,5 milhões exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$382,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Essa variação deu-se, principalmente pelos valores desembolsados a título de aquisição da Braz Cubas e Positivo que perfazem o montante de R\$327,7 milhões realizados em 2020.

**Atividades de financiamentos**

O caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos apresentou um aumento de R\$568,9 milhões ou 224,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, passando de um caixa aplicado de R\$253,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2019, para uma geração de R\$315,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Essa variação deu-se, principalmente, pelas captações de empréstimos, financiamentos e debêntures incorridas no exercício findo em 31 de dezembro 2020, que perfazem o montante de R\$761,0 milhões, como também damos destaque para os pagamentos de arrendamento e debêntures incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### (a) resultados das operações da Companhia

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores da Companhia entendem que a principal receita da Companhia é proveniente da prestação de serviços educacionais, na modalidade presencial e a distância, com vestibulares, matrículas e mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e tecnólogos, livres e do ensino básico, receita as quais são diretamente afetadas por inúmeros fatores, incluindo aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e a taxa de desemprego da população.

O prolongamento do cenário pandêmico em 2021, afetou todos os segmentos da economia brasileira, e o mercado de educação não ficou de fora. Apesar dos desafios, demos continuidade ao processo de expansão com a inauguração de 2 novos campi da Universidade Cruzeiro do Sul, Guarulhos, na Grande São Paulo e Villa Lobos, na Zona Oeste de São Paulo, e uma unidade da Unipê, em Campina Grande, na Paraíba, regiões onde já tínhamos ressonância das nossas marcas.

Além disso, executamos um grande plano de ajuste na nossa base de polos, focando em parcerias de longo prazo, que contribuam para gestão de ponta, e em localidades mais atrativas. Damos início, a operação de 36 polos hub, com laboratórios específicos para atividades práticas, que possibilitaram a oferta de cursos de Engenharia, Nutrição, Farmácia, Biomedicina e Gastronomia na modalidade a distância, resultando em um incremento de 3,1 p.p. na penetração de alunos semipresencial (formatos 4.0 e 4.0I) no EaD.

Do lado acadêmico, tivemos a satisfação de manter a progressão de performance dos indicadores das nossas IES. Três de nossas instituições (FSG, UNIPÊ e Braz Cubas) passaram para conceito 4-5 no IGC 2019, conceito de 71% das IES ativas da CSED (vs. 50% no ciclo anterior). Importante citar a autorização das primeiras 2.000 vagas para oferta do curso de enfermagem a distância, representando mais um passo rumo a diversificação de portfólio da Companhia.

No lado operacional, o avanço na vacinação nos permitiu vislumbrar os primeiros sinais de retomada de nossos alunos para o campus. Retornamos as aulas que necessitavam a prática em laboratório e tivemos um ciclo de captação 23% acima no presencial e 20% acima do ciclo passado na modalidade EaD, graças aos oito ciclos de captação. Encerramos o ano com queda de 4,1% na base de alunos do presencial, provocado pela pós-graduação, e uma expansão de 12,5% na base do EaD, o que resultou em aumento de 6% da nossa base total de alunos vs. 2020, apesar das adversidades enfrentadas.

A Companhia se mantém otimista em relação à retomada e crescimento do setor, com o retorno dos nossos alunos aos campi e a melhora no processo de captação do primeiro semestre na educação presencial, o qual foi fortemente afetado pelos efeitos da pandemia nos processos anteriores.

A tabela abaixo apresenta a receita líquida da Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(em R\$ mil, exceto %)

**Exercício social findo em 31 de dezembro de**

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

	2021	%	2020	%	2019	%
<b>Receita Bruta</b>						
Cursos de Graduação	4.413.336	242,4	3.562.271	197,8	2.715.717	184,2
Cursos de Pós Graduação	125.451	6,9	135.714	7,5	115.183	7,8
Cursos Técnicos e colégio	41.437	2,3	43.826	2,4	40.932	2,8
Outras receitas	8.176	0,4	7.446	0,4	13.808	0,9
<b>Deduções de receita bruta</b>						
Bolsa de Estudos e descontos concedidos	(2.619.180)	(143,9)	(1.814.982)	(100,8)	(1.316.403)	(89,3)
Devoluções de mensalidades	(87.654)	(4,8)	(73.712)	(4,1)	(45.637)	(3,1)
Tributos	(60.951)	(3,3)	(59.595)	(3,3)	(49.351)	(3,3)
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.820.615</b>	<b>100,0</b>	<b>1.800.968</b>	<b>100,0</b>	<b>1.474.249</b>	<b>100,0</b>

**(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os resultados das operações da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes principais fatores: (i) incremento das receitas oriundas da graduação EaD, com o aumento no número de alunos; (ii) redução nas despesas com pessoal decorrentes das reestruturações realizadas em 2020, (iii) alteração da matriz curricular e dos itens não recorrentes relacionados ao IPO; e (iv) redução provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), devido à redução na inadimplência.

**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os Diretores afirmam que as receitas da Companhia são impactadas principalmente pela inflação que afeta as mensalidades, considerando que historicamente o percentual médio de seu reajuste é calculado com base nos principais índices de inflação do setor e observando o disposto na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

Outros fatores relevantes e determinantes para variação da receita da Companhia pode ser atribuída a (i) aumento ou redução do número de alunos matriculados; e (ii) ao lançamento do portfólio de cursos presenciais de graduação, pós-graduação e extensão ou dos cursos ofertados na modalidade a distância dos polos de educação a distância.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### **(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Os Diretores da Companhia destacam que os resultados da Companhia podem ser afetados pela inflação, tendo em vista que as receitas da Companhia bem como os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e estão, direta ou indiretamente, indexados aos índices de inflação como IGP-M e IPCA.

Taxas de inflação costumam ser usadas como referência para negociações com sindicatos de acordos ou convenções coletivas que determinam reajustes salariais, afetando diretamente as despesas de pessoal da Companhia.

Além disso, as mensalidades da Companhia são regidas pela Lei Nº 9.870/99, que estabelece que as instituições de ensino apenas podem reajustar suas mensalidades de acordo com uma fórmula que, dentre outros fatores, leva em consideração variações nas despesas de pessoal e operacionais que são afetadas pela inflação, conforme mencionado acima.

Diante disso, considerando que o aumento dos custos e despesas são compensados pelo aumento proporcional das mensalidades cobradas dos clientes da Companhia, os Diretores da Companhia acreditam que a inflação teve impacto nos resultados da Companhia. Os Diretores, no entanto, não podem prever se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Os Diretores da Companhia destacam ainda que os resultados da Companhia poderão ser impactados em decorrência de variações da taxa de juros (CDI). Entretanto, variações na taxa de câmbio ainda não impactaram de forma relevante o resultado financeiro da Companhia, pois a Companhia não possui dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira, além de nenhum dos seus custos terem sido atrelados em moeda estrangeira.



## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### (a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia. Adicionalmente, em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada e monitorada em uma única unidade de negócio.

#### (b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

##### **Aquisições**

##### ***Instituição Universitária Moura Lacerda***

Em 15 de julho de 2021 a Companhia assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, para aquisição da totalidade das cotas da Instituição Universitária Moura Lacerda, mantenedora do Centro Universitário Moura Lacerda e do Colégio de mesmo nome, pelo valor referencial de R\$54.000, que serão pagos em 5 (cinco) anos e sujeito a ajustes.

No dia 04 de março de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que não seguirá com a aquisição da totalidade das quotas da Instituição Universitária Moura Lacerda, em razão de consenso entre as partes em relação a elementos essenciais para a conclusão da transação.

A Companhia continuará avaliando oportunidades de crescimento não orgânico alinhada com sua estratégia de negócios e manterá seus acionistas e o mercado informados sobre quaisquer informações relevantes nesse sentido.

#### (c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### (a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2021 e 2020, não houveram novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2019, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia realizou a adoção de novas normas contábeis, sendo:

#### **Adoção inicial do CPC 06 R2/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

O CPC06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. Vide maiores detalhes sobre os efeitos de adoção desta norma no tópico seguinte “(b) **efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**” e nota explicativa 2.21 das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### **ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32/IAS 12 tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da CPC 32/IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

O CPC 32/IAS 12 especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos.

A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base na legislação tributária aplicável. Contudo, pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação. A aceitação de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da entidade.

Na avaliação da Companhia, não houve impacto significativo em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****Adoção inicial do CPC 06 R2/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

Em R\$ mil	Consolidado		
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção IFRS-16
Descrição			
<b>Ativo</b>			
Circulante			
<b>Total ativo circulante</b>	<b>227.211</b>	-	<b>227.211</b>
Tributos diferidos	39.504	-	39.504
Direito de uso	-	496.458	496.458
Demais ativos	1.445.708	(29.765)	1.415.943
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.485.212</b>	<b>466.693</b>	<b>1.951.905</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.712.423</b>	<b>466.693</b>	<b>2.179.116</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante			

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Passivo de arrendamento	-	31.695	31.695
Demais passivos	260.181	(1.282)	258.899
<b>Total passivo circulante</b>	<b>260.181</b>	<b>30.413</b>	<b>290.594</b>
Passivo de arrendamento	-	463.376	463.376
Demais passivos	1.010.836	(27.096)	983.740
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.010.836</b>	<b>436.280</b>	<b>1.447.116</b>
Patrimônio Líquido	441.406	-	441.406
<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>1.712.423</b>	<b>466.693</b>	<b>2.179.116</b>

**(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas e ênfases presentes no relatório de revisão do auditor independente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no relatório de auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no relatório de auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

#### (i) Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados e divulgados sobre suas receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### (ii) Estimativas e premissas contábeis críticas

Principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A nossa Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

#### (iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### (iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### (v) Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis,

a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

### (vi) Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

### (vii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### (viii) Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

### (ix) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

### (x) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**(iv) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2021.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de negócios

#### a) investimentos

##### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, desembolsou caixa para a aquisição de imobilizado e intangível no montante de R\$87.691 mil e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os montantes de R\$47.835 mil e R\$92.695 mil, respectivamente. Os investimentos foram destinados para (i) ampliação de *campi*; e (ii) realização de benfeitorias e obras de infraestrutura; (iii) aquisição de equipamentos para laboratórios; (iii) atualização do parque tecnológico por meio de aquisição de computadores e softwares; (iv) desenvolvimento de conteúdo e materiais didáticos para os novos cursos ofertados.

##### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de recursos de terceiros.

##### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

##### (b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

#### (c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços em desenvolvimento. As pesquisas atualmente desenvolvidas pela Companhia são de cunho acadêmico-científico, as quais são partes integrantes dos cursos ofertados, não constituindo novos produtos ou serviços dissociados das atividades acadêmicas.

##### (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços em desenvolvimento.

##### (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços em desenvolvimento.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

**(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

#### Ações e impactos causados pela pandemia Covid-19

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia: alunos, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo.

No segmento de educação, as autoridades estaduais e municipais de saúde, em diversos estados e municípios, mantiveram a suspensão de aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades, públicas e particulares, sendo autorizadas somente as aulas práticas de forma presencial, seguindo um rígido protocolo de segurança no combate a COVID-19. Com isso, no 3º trimestre de 2021 tivemos a retomada presencial das atividades práticas de diversos cursos, principalmente da área da saúde. O retorno de todas as atividades presenciais está em avaliação pelas autoridades governamentais, considerando o cenário atual de avanço da vacinação e controle da pandemia, e está prevista para o primeiro semestre de 2022.

Vale destacar que mesmo no cenário de crise econômica provido pela pandemia, o caixa ou o capital circulante líquido da Companhia para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 não foi significativamente impactado. Visto que mesmo com o fechamento das unidades presenciais a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Com isso, não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos até o presente momento.